

Coerência do governo na condução da política econômica

As autoridades econômicas desenvolvem novos programas, tanto a nível do Estado quanto dos vários segmentos da economia, para sustentar sua política de uma inflação o mais próximo possível de zero.

No que diz respeito às contas da União, deverão anunciar, no dia 1º de julho, o Programa de Dispêndios Globais (PDG) para 1986, orçado em CZ\$ 123 bilhões logo após a adoção do Plano Cruzado e que deverá sofrer, doravante, um corte de pouco menos de 20%. A medida, que diz respeito aos investimentos nas empresas estatais, atinge, em sua maior parte, a Petrobrás, embora tenha repercussão também nos setores de telecomunicações, siderurgia e energia elétrica.

Essa decisão incorpora o firme propósito das autoridades econômicas de conduzir o Estado a uma contribuição efetiva no combate às causas mais profundas da inflação. Na verdade, a opção já estava embutida na reforma monetária, que, ao conter os juros,

fez diminuir substancialmente — entre 5 e 8% — as despesas financeiras das empresas estatais, consequentes do seu elevado nível de endividamento.

Além disso, após o Plano Cruzado, a receita das estatais, resultante da venda de seus serviços ao público, sofreu um aumento real de 9%. Portanto, mesmo considerando que os gastos com pessoal cresceram com a reforma monetária, a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest) calcula que não faltará recursos para cobrir os investimentos atualmente previstos.

Entre os fatores que contribuíram para uma visão mais otimista da situação global das empresas estatais, está a queda da cotação do petróleo bruto e das taxas de juro no mercado internacional. Entretanto persiste o problema do excessivo endividamento dos setores siderúrgico e elétrico, que prosseguem — principalmente o segundo — necessitando de pesados investimentos. Por esse motivo o governo estuda meios

de capitalizar-se, por intermédio da colocação de ações de companhias por ele controladas no mercado. Todavia, para não conturbar a clientela já consolidada das bolsas de valores, pretende pulverizar esses papéis, como já foi feito com ações do Banco do Brasil e da Petrobrás.

Mesmo assim faltarão recursos ao Estado para promover todos os investimentos necessários em infra-estrutura no País. Esta é a razão do interesse manifestado pelo presidente José Sarney pela iniciativa de políticos e empresários de Mato Grosso do Sul e do Paraná em favor da construção, pela iniciativa privada, de uma ferrovia ligando Dourados a Paranaguá.

Ao mesmo tempo que organiza suas contas, para que possa conter o déficit público em nível inferior ao do ano passado, o atual governo anuncia que não arredará pé do combate à alta de preços. Nesta ordem de idéias, não hesitou em recorrer à importação para evitar o aumento do preço da

carne bovina e ordenou rigorosa fiscalização do setor de confecções e das concessionárias de automóveis. De outra parte, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, já anunciou que o aumento das taxas de captação do dinheiro não deverá servir de pretexto para a alta dos juros nos empréstimos, visto que há um teto fixado pelo Banco Central que não pode ser ultrapassado.

Enganam-se, portanto, aqueles que imaginam um esmorecimento do governo na condução da política antiinflacionária. Não obstante a Nova República tenha pautado todas as suas ações no pressuposto de assegurar um aumento de renda, para permitir um crescimento econômico e, dessa maneira, fortalecer o mercado de trabalho, o atual governo não terá dúvidas em desacelerar o financiamento dos bens de consumo se concluir que o excessivo aquecimento da demanda possa pôr em risco o congelamento de preços, ponto crucial na sustentação do Plano Cruzado.